A avaliação do ambiente marinho e os desafios da governação do mar estiveram em debate ontem na conferência “Governação e Sustentabilidade do Mar”, no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), que também contou com a apresentação pública do mestrado nesta área. Entre os oradores estiveram peritos das Nações Unidas e o diretor-geral da Política do Mar, Rúben Eiras.

“A exploração do mar é um importante fator do desenvolvimento mundial, mas o aproveitamento dos seus recursos está dependente de políticas públicas consistentes, progressos da investigação científica e na formação em ciências e tecnologias do Mar, nomeadamente na inclusão das ciências sociais e humanas”, afirmou Maria Eduarda Gonçalves, moderadora da conferência, sobre as principais conclusões do debate.

O primeiro painel, relacionado com os desafios globais da governação do mar, foi apresentado por Maria João Bebianno, uma das peritas internacionais da ONU responsáveis pela avaliação do ambiente marinho e os seus aspetos socioeconómicos.

Luís Menezes Pinheiro, presidente do Comité Português para a Comissão Oceonográfica Intergovernamental (UNESCO), também participou no debate para falar sobre a Década da Ciência do Oceano (2021-2030) da ONU. O objetivo passa pelo desenvolvimento sustentável deste recurso, “em que Portugal pretende desempenhar um papel de liderança”.

O segundo painel, presidido por Miguel Miranda, presidente do Instituto Português do Mar e Atmosfera, focou-se numa perspetiva nacional, com os desafios da governação do mar português face ao seu elevado potencial.

Ministério apoia mestrado em Gestão e Sustentabilidade do Mar

Rúben Eiras, diretor-geral de Política do Mar e que surgiu em representação da ministra do Mar, realçou o “o apoio do Ministério ao programa do mestrado do ISCTE, assim como a disponibilidade para o estabelecimento de formas de cooperação envolvendo o Ministério”.

Para Pedro Quartin Graça, diretor do mestrado, colunista de A Pátria e editor-chefe da Revista de Estudos do Mar (REM), da Ponteditora, “a concretização do potencial do mar em resultados só é conseguida através de uma boa gestão dos recursos, com políticas eficientes

e que serão exploradas nesta formação".

"A agregação da diversidade temática, com ênfase nas ciências sociais e humanas e no seu contributo para pensar nas formas de organização e em políticas neste campo distinguem esta formação de outras", afirma. O objetivo é cruzar competências que vão do Direito à Economia, passando ainda pela Antropologia e Estudos Internacionais. "Este mestrado visa dar um contributo para a interdisciplinaridade necessária para a evolução do Mar e que está presente no preâmbulo da Convenção das Nações Unidas", conclui.

Foto: Créditos ISCTE-IUL